

ata da Primeira Reunião Ordinária do Primeiro Período Legislativo do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), realizada em dezesseis de fevereiro do ano em curso.

As dezesseis horas do dia dezesseis de fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e um (1991), sob a Presidência do Vereador Aeyr Silva da Rocha, e com a ocupação da 1ª e segunda Secretarias, respectivamente pelos Vereadores Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna e Josénilso Paheco Filho, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo. Além desses responderam a chamada nominal os seguintes Vereadores: Adailton Pinto de Andrade, Carlos Roberto Noqueira dos Santos, Félix da Costa Gomes e Osmar Sampaio da Silva. Não havendo número regimental, o Senhor Presidente suspendeu a presente Sessão por quinze minutos. Reaberto os trabalhos, e feita a chamada regimental, responderam a presença os seguintes Vereadores: Aeyr Silva da Rocha; Adailton Pinto de Andrade; Aires Berra de Figueiredo; Benildo Mota; Carlos Roberto Silva; Carlos Roberto Noqueira dos Santos; Dirley Pereira da Silva; Félix da Costa Gomes; Josénilso Paheco Filho; José Oscar Elias; Jânio dos Santos Mendes;

Marcos Valério Corrêa de Sant'Anna; Osmar Sampaio da Silva; Orlando Pereira da Silva; Valfredo Santos Silva; Walmir Rodrigues de Paes e Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Reunião Extraordinária, realizada no dia três de janeiro; Ata da Reunião de Ocliação das Comissões Técnicas Permanentes, realizada no dia oito de janeiro; Ata da Reunião Extraordinária, realizada no dia oito de janeiro; Ata da Reunião Extraordinária, realizada no dia vinte e oito de janeiro e Ata da Reunião de Instalação do Primeiro Período Legislativo, realizada no dia quinze de fevereiro, com a seguinte retificação solicitada pelo Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos no seguinte teor: "Senhor Presidente, solicito que seja inserida em meu discurso a observação que fiz quanto a permanência no atraso do pagamento dos salários dos funcionários públicos municipais. A seguir, o Senhor Presidente convidou o Vereador Jânio dos Santos Mendes para fazer a leitura do Texto Bíblico, convidando a todos que ficassem de pé. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente determinou ao Senhor primeiro Secretário a leitura do EXPEDIENTE, que consta do seguinte: Ofício/SEAMA/nº 029/91 - da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; Ofício nº 041/91 -

Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, relatório conclusivo sobre o 1º Seminário Latino Americano "Lixo: Busca de soluções"; Ofício n.º PRES - 0106/91 - Secretaria de Estado de Meio Ambiente - Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente; Encontre: 1º Encontro de Secretários Municipais de Saúde do Estado do Rio de Janeiro - 1º Fórum sobre saúde coletiva; Ofício/GAPRE/n.º 065/91 - Prefeito Municipal - Encaminha a prestação de contas da Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, referente ao 4º trimestre de 1.990; Projeto de Lei n.º 003/91 - de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda. ASSUNTO: Ao servidor municipal, fica assegurado o direito de redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária, enquanto responsável legal por pessoa portadora de necessidades especiais, que requeira atenção permanente; Requerimento n.º 006/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, dispendo sobre envio de expediente ao Ilmo. Senhor Ulisses de Carvalho Junior, M.O. Inspetor da Inspeção Seccional de Fazenda em Lago Frio, solicitando informações; Requerimento n.º 012/91 - de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, ASSUNTO: Envio de Expediente à FEEHA, solicitando a opinião técnica sobre a colocação de manilhas no Canal do Braga; Requerimento n.º 013/91 de autoria do Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicitando ao Exm. Senhor Prefeito Municipal, informações quanto as denúncias apresentadas de acusação ao ex-Secretário Municipal de Saúde, Dr. Marcos Antônio Pereira;

Indicação nº 001/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Macedo, dispõe sobre envio de Expediente ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, Dr. Ivo Ferreira Saldanha, solicitando do mesmo, providências no sentido que viabilize com a maior brevidade possível, a restauração do Forte São Mateus, junto da iniciativa privada, por ser considerado um ponto de grande atração turística em nossa cidade; e Indicação nº 004/91 de autoria do Vereador Jânio dos Santos Mendes, solicitando ao Exmº Senhor Prefeito Municipal, pavimentação e saneamento para a Rua Jorge Veiga no Bairro da Gambôa. Terminada a leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao segmento dedicado para o uso da Tribuna. Fez uso da Tribuna como primeiro orador inscrito o Vereador Osmar Sampaio da Silva, que iniciando sua fala, no início de mais um período legislativo, disse que lamentavelmente a cidade encontrava-se mergulhada no caos, pelo desprezo demonstrado pelo Executivo Municipal pela cidade, seus munícipes e visitantes, que com muita razão criticavam o abandono. Quanto ao Legislativo, totalmente renovado a partir de mil novecentos e oitenta e nove, quando apenas dois Vereadores haviam retornado, nada fazia de positivo, e segundo o povo, a atual Câmara em nada diferia da anterior, pois grande parte dos Vereadores estavam comprometidos com o Senhor Prefeito Municipal, e assim não faziam outra coisa a não ser

se submetem aos caprichos de um Prefeito irresponsável, que não publicava as leis e muito menos as respeitava, e mais, que o Prefeito contratava assessores para contar com a boa vontade daqueles que tinham voto na bancada. Dis-se ainda falando sobre o Prefeito que o mesmo se ausentava do Município sem dar conhecimento a Casa, e que mesmo ocorrendo na celebração de contratos em flagrante desrespeito a Lei Orgânica, e mais que aceitava doações de particulares incorrendo em prática ilícita e de maneira desumana não pagava em dia aos funcionários municipais entre outras aberrações, ou seja uma verdadeira orgia do dinheiro público com o respaldo da Câmara, que não se pronunciava pela maioria dos seus Vereadores. Prosseguindo, convidou a todos para que em reflexão restabelecessem o princípio da representação popular na Câmara, pois não podia acreditar em um legislativo que não refletisse os verdadeiros reclamos da população. Prosseguindo, citou a Auto Viação Salineira que como concessionária de serviços de transporte, cobrava o que queria e na data que lhe fosse melhor quanto as tarifas, também com a conivência da Bancada do Prefeito Ivo Saldanha. Denunciou a seguir que a Prefeitura cobrava "taxas" dos ambulantes, fora do permitido por Lei, e pior, deixava que as paisagens obras do Município fossem degradadas, com um grande e desorganizado número de pessoas dedicadas a venda dos mais diversos tipos de mercadorias, e que na realidade

de refletia o desejo eleitoreiro dos Vereadores do Senhor Prefeito. Quanto a propalada renovação do Secretariado, o que se via eram demissões de Secretários, que mesmo assim continuavam a receber dos cofres públicos o que era uma imoralidade, não se sabendo qual documento cada um dos demitidos teria na "gaveta" para impressionar o Prefeito. Disse saber, que na Secretaria de Saúde, duas prestações de contas não haviam sido aprovadas pelo Governo Federal, sem que a Câmara tomasse providências, mas todos sabiam que a Secretaria tinha dinheiro para comprar um carro de luxo para servir aos funcionários mais graduados nos seus passeios, e mesmo assim o Poder Legislativo nada fazia principalmente pelos Vereadores ligados ao Prefeito. Quanto ao Terminal Rodoviário, disse que estava se transformando em uma "prefeiturinha" a parte, administrando o dinheiro público sem prestar contas, aplicando em obras como bem queria seu administrador, e que assim se delineava um quadro triste e imoral para a administração do Município, e pior sem qualquer reação do Legislativo, cuja maioria era conivente a tal Governo de sastrão, mas que a opinião pública sabia quais eram os Vereadores que concordavam com tal tipo de coisa, e que assim sendo o quadro precisava ser revertido, para que o povo não continuasse a assistir e a sofrer por tais vexames. Disse que acima de tudo era preciso restaurar a moralidade da coisa.

pública em Cabo Frio, cuja história não fora construída com a "picaretagem" que no Município estava instalada, mas sim através de homens públicos íntegros e que ainda viviam na memória de todos, e lamentando a omissão do Poder Legislativo, pela omissão de grande número de Vereadores, encerrou sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Walmir Rodrigues de Lacerda, que iniciando sua fala, disse ser verdade que durante a temporada de férias, já se encerrando, deixara muito a desejar, na medida em que, as pessoas aceitavam os cargos quando inexista o preparo e até mesmo a vocação, referindo-se ao serviço de limpeza pública do Município. Disse que abordava a questão com muita propriedade porque em 1982 tivera a oportunidade de chefiar o Serviço de Limpeza Pública durante oito meses, e que raras vezes o Prefeito da época tomara conhecimento de problemas no setor, isto porque cabia ao chefe e ao Diretor de Divisão tomarem as iniciativas e levarem a bom termo a missão. Disse que na realidade existia toda uma estrutura montada, um planejamento que era seguido rigorosamente, inclusive com a limpeza de ruas, com um mapa traçado para manutenção e também um plantão permanente para emergências. Disse que recentemente observara uma "gari" deixar de receber algumas folhas em sua próxima do centro e indagando qual a razão, recebera como resposta que era para economizar "sacos de lixo" o que era um absurdo, e um exemplo de incompetência e despreparo para tal setor. Prosseguindo, disse que no pró-

ximo, digo, período de Carnaval, pudera constatar o estado de abandono da cidade em relação a coleta de lixo, e pior, que nada fora feito para que o problema fosse resolvido ou ao menos minimizado e que assim sendo estava com a razão o Vereador Osmar Sampaio da Silva quando abordara a questão, e que assim sendo era obrigação do Prefeito tomar providências a respeito. Disse também que o Prefeito tinha que tomar consciência de que a situação do Município não era nada boa, e que a cobrança era feita em cima dos Vereadores, pois estes tinham contato permanente com o povo, e que assim sendo, era da Câmara de sua Tribuna que as denúncias e críticas deveriam ser colocadas, e não em reuniões de portas fechadas com o Executivo. Adiante, disse entender que ainda havia tempo para a recuperação do Município, que não merecia o que estava se passando naquele verão, dirigindo apelo ao Prefeito para que se cercasse de profissionais com competência e vocação, e que assim sendo seu governo ainda poderia chegar a bom termo. A seguir solicitou apelo aos Presidentes de Comissões permanentes, para que emendassem esforços no sentido de que os Projetos em tramitação pudessem fluir de forma mais dinâmica, encerrando sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Dixley Pereira da Silva, que iniciando sua fala, abordou projeto habitacional do Executivo Municipal que em breves dias estaria sendo apreciado pelo Governo Municipal e logo após teve comentários sobre discursos

de Vereadores que o haviam antecedido. Quanto a denúncias de que a Casa estaria participando de manobras espúrias, com o comprometimento de grande parte dos Vereadores, disse entender que sobretudo devia-se ter a responsabilidade de citar fatos e nomes envolvidos, pois o que se via em tais discursos era a lama sendo jogada em todo um Poder, com o que não concordava e repudiava, pois o que ocorria era o envenenamento da opinião pública. Disse que tais ações eram próprias do regime ditatorial, cujo objetivo maior era o enfraquecimento das instituições através de injúrias e calúnias, e as que parecia tais campanhas voltavam ao cenário político nacional através não apenas de pessoas mal intencionadas, mas também da imprensa que não tinha compromissos com a liberdade e a democracia. Prosseguindo, disse que existiam maus Vereadores, como existiam maus Deputados, pois todas as atividades humanas envolviam o bem e o mal, mas sobretudo era necessário que não se confundisse a opinião pública, e muito menos que as instituições democráticas não fossem denegridas, pois eram os pilares de um povo livre, e liberdade conquistada ao longo dos sofridos anos. Quanto ao processo de favelização das praças do Município, disse que realmente ocorreram alguns excessos, na medida em que pelo lado da oferta por seu perfil sazonal e pelo receptor de populações de outros Municípios, a oferta de emprego era diminuta, e assim sendo não via porque se acusar a Vereador por se-

licitar local para um ambulante poder trabalhar, ao menos no período de verão, e que assim sendo entendia que os problemas sociais eram pelo menos em parte solucionados, redarguindo no entanto ser necessária uma melhor organização no setor de ambulantes, mas que o mesmo problema existia em cidades como o Rio de Janeiro, ou seja vivia-se uma circunstância de empobrecimento do povo em toda a Nação. Adiante, disse que não falava como "padrinho" de ambulantes, mas falava apenas para que prevalecesse o bom senso, pois no afã de se fazer oposição, de se atacar o Prefeito Municipal, atingia-se toda uma população desassistida, e que vivia em condições sub-humanas em bairros periféricos. Em aparte o Vereador Walmir Rodrigues de Bacerda, disse que não foram apenas os desassistidos que optaram pela venda ambulante, mas até outras pessoas, de outros estados e que com apartamentos alugados desenvolviam a venda de produtos na Praia do Forte o que caracterizava a omissão do Poder Público. Também apartando o orador, o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, disse concordar que a questão do ambulante era social, pelo menos em grande parte, mas ficava a dívida sendo o Vereador Dirley Pereira da Silva do Governo, porque então a Prefeitura utilizara de violência contra ambulantes que apenas tentavam vender seus produtos nas ruas de Cabo Frio. Em novo aparte, disse o Vereador José Oscar Elias que fundamentalmente não haviam critérios para

o licenciamento de ambulantes, tais como antiguidade, padronização de barracas, locais definidos e limitação de licenciamentos. Prosseguiu disse o orador, que há dias o Vereador Osmar Sampaio da Silva lhe falara que Vereadores protegiam algumas pessoas de alto poder aquisitivo e que estavam praticando o comércio ambulante nas praias, tendo inclusive conversado com alguns Vereadores e pessoas ligadas a Secretaria do Meio Ambiente para elucidar tal fato, tendo afirmado o Chefe da Fiscalização que a primeira exigência para o cadastramento era a comprovação de residência no município e renda, mas mesmo assim acreditava terem ocorrido casos isolados, mas grande parte, eram de ambulantes carentes. Disse também que o incidente de violência contra ambulantes, obtivera a informação de que os fiscais envolvidos seriam afastados, tendo o Prefeito afirmado que em toda sua vida havia sido ligado a vida de ambulantes, inclusive o Prefeito que já havia trabalhado como mercador de rua em Cabo Frio, e que assim não podia esquecer suas origens e assim não aceitava agressões aos ambulantes. Prosseguiu, disse que realmente era necessário a definição de critérios, para que desse oportunidade aos que realmente precisavam e obviamente a cidade permanecesse organizada, sendo eliminados os atravessadores e os que não precisavam de tal atividade, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Aires Bessa de Fi-

queirodo, que iniciando sua fala, disse que iria abordar o discurso do primeiro orador, lembrando que na legislatura que fundara em mil novecentos e oitenta e oito, não encontrara homens diferentes dos que se encontravam atualmente na Câmara, e que assim sendo não concordava quando o Vereador Osmar Sampaio da Silva afirmava que a atual representação do Legislativo tinha que ser melhor que a outra, pois no passado o povo falava, mas sobretudo pedia que a atual representação fosse igual, pois todos eram homens honrados com os que já haviam passado, que os exemplos eram claros citando nomes dos atuais Vereadores e dos que não haviam sido reeleitos, e que assim sendo procedia a defesa dos ex-colegas também, pois a história do legislativo fora escrita com a participação de homens humildes, mas sobretudo íntegros, como íntegros eram os Vereadores eleitos para aquela Legislatura. Prosseguindo, disse o Legislativo era manchado vez por outra pelos mesmos cidadãos, eleitos Vereadores, que para conseguirem notícias, para obterem lucro eleitoral, não titubeavam em constrangir a Casa e seus integrantes, pelo que protestava. Adiante, disse que criticava o Prefeito Municipal, por não ter discernimento suficiente para colocar a pessoas competentes nos setores mais importantes da administração municipal, como era o caso da PROCAF, que já havia conhecido desastres na administra-

ção anterior, e que o mesmo vinha ocorren-
do atualmente com o novo Presidente Paulo
Massa, começando pelo "fiaseo" do Carnaval
representado pelo bloco de título impubli-
cável e que dentro de uma pobreza carna-
vesca apenas tentava manchar o Legislati-
vo e Executivo. Prosseguindo, disse que não ti-
nha outra alternativa a não ser tecer crí-
ticas a PROCAF pelo péssimo serviço de reco-
lhimento de lixo domiciliar, pois o que se
vira principalmente durante o carnaval fora
uma verdadeira vergonha, o mesmo ocorren-
do com o péssimo estado de conservação as
ruas, também de responsabilidade da em-
presa, e mais com as ruas alagadas pelo
entupimento da rede de captação de águas,
e enquanto isso, pagava R\$ 500.000,00 (quinhên-
tos mil cruzeiros) para o serviço de som no
Bairro São Cristóvão durante o carnaval, Bair-
ro que sofria graves problemas, tanto de
lixo como de ruas esburacadas e manilhas
entupidas, o que era um contra senso. Disse
adiante que já comunicara tais fatos ao
Prefeito para que providências fossem adota-
das, destacando a situação do Bairro São
Cristóvão, com a praça sendo tomada pelo
mato, com as pedras portuguesas soltando,
o que não ocorria quando o Bairro era admi-
nistrado pelo Vereador Joãozinho Pacheco, e que
assim sendo eram necessárias ações quanto
a Presidência da Procaf. Prosseguindo, disse
que outro absurdo que estava sendo estu-
dado pela PROCAF, era a municipalização da
água, um verdadeiro disparate para uma

empresa que sequer conseguia recolher o lixo da cidade. Abordou a requer a necessidade do Prefeito viabilizar o vale transporte para o funcionário, visto ser um direito do trabalhador, e ainda inserido na Lei Orgânica e que não estava sendo obedecido, e que assim sendo estava constantemente cobrando do Prefeito tal benefício legal. Quanto a área da Saúde, disse estar conversando com a Secretária de Saúde, visto os funcionários do INAMPS trabalharem seis horas e os da Prefeitura, oito horas, ou seja a isonomia horária da Lei Orgânica também não estava sendo obedecida, e que continuaria a trabalhar no sentido que a isonomia fosse atingida, e quanto aos salários a questão era mais complicada, mas acreditava em uma solução, encerrando a requer sua fala. A requer ocupou a Tribuna o Vereador Jânio dos Santos Mendes, que iniciando sua fala, disse que eram inúmeras as vezes que criticavam a atual administração municipal, marcando pela incompetência e omissão os deveres e responsabilidades para com os cidadãos, e que o retrato que se encerrava era um retrato triste, mas fiel, do caso em que Cabo Frio estava envolvido. Ainda sobre o verão disse que não fora tão sentida a falta de água talvez pelo escasso número de turistas, mas faltara energia elétrica, com sucessivos "piques" em todos quadrantes da cidade. Quanto ao Carnaval, depois de tanto lixo, tanto mosquitos e ratos, disse ter podido observar

a irreverência do folião cabofriense, graças aos esforços da Associação das Escolas de Samba e Bloco, com o desfile de diversas agremiações, parabenizando o Vereador Valfredo Santos Silva que julgando os enredos e sambas registrara nota dez para todos aqueles que sem o apoio da máquina administrativa conseguiram fazer um grande carnaval, e da mesma forma parabenizava o Vereador Josénilo Pacheco Filho por ter organizado um carnaval popular na Praça São Cristóvão, mas sobretudo de parabéns estava a comunidade cabofriense pela paz reinante no período de Mon. Prossequindo, disse que passado vinham as águas de março e o desespero da população, pois as ruas estavam com os canos destruídos, e o problema era mais grave, mais dramático nas comunidades periféricas. Disse que outro grave problema era a inexistência de vagas nas escolas do Município, com cerca de dez mil crianças sem terem o direito de estudar, sem que nada fosse feito pela Administração Municipal, e assim a população estava desesperada e perplexa vendo também a Secretaria Municipal de Saúde admitir um surto de Dengue, culminando com a paralisação parcial do Hospital Santa Izabel por falta de recursos. Adiante, disse que por amar Cabo Frio, pelas responsabilidades assumidas, não optava pelo caos, que mais uma vez os cidadãos, os Vereadores estavam de braços abertos para o diálogo, e que não podia se calar por ver o caos, de viver o caos instalado em cada rua da cidade, e ficar de braços cruzados, e que acima

de qualquer interesse particular e político estava o Município, o seu povo. Prosseguindo, disse queurgia e aparecimento dos primeiros sinais de que uma administração desejava acertar, estabelecer a dignidade de um povo, mas sobretudo se negava a aceitar o desespero, e que assim sendo alguma coisa tinha que ser feita, pois a continuar tal estado de coisa não seria o Governo Trósal danha que iria acabar, mas sim o Município de Lago Tró, que a cada verão via o fluxo de turistas diminuir. Disse adiante, que se alguma coisa tinha que ser feita, era dizer ao Prefeito que o funcionalismo não podia continuar sendo massacrado, com os salários atrasados, e mesmo ocorrendo com os professores, e assim Lago Tró continuava a passos largos para um destino muito triste, e que assim sendo era imperativo o diálogo e o esforço comum para o serquimento da Terra Cabofriense, encerrando a seguir sua fala. A seguir ocupou a Tribuna o Vereador Wilmar Monteiro, disse iniciando sua fala, que ao retornar do recesso parlamentar nada havia mudado na Casa, e que Lago Tró continuava doente em termos administrativos e que os verdadeiros culpados eram os políticos e que as primeiras cobranças deveriam ser dirigidas ao Legislativo e depois ao Executivo, não se atendo apenas "jogar pedras" em colegas, afirmando que tal tipo de político já não sensibilizava a opinião pública. Prosseguindo, disse que o Governo Municipal ia mal, porque o Prefeito tei-

mava em manter a mesma equipe de governo, ou quase toda, e que as crises administrativas se avolumavam, havendo naquele instante uma Assembléia de Servidores para tomada de posição quanto ao atraso dos salários. Disse que o discurso do Vereador Jânio dos Santos Mendes merecia uma reflexão de todos os Vereadores, sendo necessário mais do que nunca os espíritos estarem desarmados, e que a Câmara pudesse pensar no bem da sociedade, através do diálogo, da sensibilidade e não em agressões a colegas. Disse adiante, que em contato com a Secretária de Fazenda, fora informado de que o pagamento de janeiro ainda não havia sido iniciado, porque ainda não recebera os contracheques, e que considerava um absurdo, pois no dia dezanove de janeiro tal providência não ter sido adotada, e que assim sendo, havia tido a oportunidade de dizer ao Prefeito, por telefone, que o mesmo estava com uma equipe sofrível, com honrosas exceções, visto o grande número de incompetência, digo, incompetentes. Disse também ser claro o tráfico de influências no Governo do Município, e que se não fosse a honradez da Secretária de Fazenda o Município iria pagar uma fortuna por cada "carnê" de IPTU emitido, e que segundo a titular da Fazenda a Prefeitura pagara cerca de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros) por cento e vinte e cinco mil carnês, quando em "lobby" montado o custo alcançava o custo unitário de mais de R\$ 300,00 (trezentos cruzeiros). Prosseguindo, disse que não era

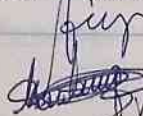
puritano, detestava falsos puritanos, mas que iria denunciar tal fato ao Prefeito, cabendo ao mesmo adotar decisões punitivas cabíveis. Prossequindo, disse que cabia ao Vereador acionar mecanismos de defesa do Município, e uma das iniciativas seria procurar o Prefeito pessoalmente, e embora não tivesse livre trânsito na Prefeitura este era o seu dever, ao contrário de Vereador que após frequentar durante meses o Gabinete agora era um crítico mordaz daqueles que procuravam ajudar ao Município, e que não aceitava. Adiante, disse que o Município estava realmente abandonado, com lixo acumulado, buracos nas ruas, e que lamentavelmente o Prefeito reativava a PROEAF que também na da fazia, cabendo ao seu Presidente pedir exoneração e não justificar apenas o salário recebido. Prossequindo em seu discurso, disse que com o aproveitamento da Professora Mariza Sidaco na Secretaria de Educação, o Gabinete do Prefeito ficara acéfalo, isto em Município do porte de Cabo Frio, o que não podia aceitar, mas este era o quadro da Administração, completamente tumultuada, sempre sofrendo solução de continuidade e sempre por culpa do Prefeito. Augurando melhores dias para o Município, sem agressões ou ofensas, disse que mais uma vez se colocava a serviço do Município para todo e qualquer entendimento que viesse beneficiar a todos, encerrando seu discurso. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da Tribuna, o Senhor Presidente transportou os trabalhos

ao segmento dedicado a "ORDEM DO DIA", que constou do seguinte: Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei n.º 003/91. Aprovados os Requerimentos n.ºs 006, 012 e 013/91. Aprovada a Indicação n.º 004/91. A requir foi retirado de pauta a Indicação n.º 001/91 de autoria do Vereador Walmir Rodrigues de Paçada. Terminada a "ORDEM DO DIA", o Senhor Presidente franqueou a palavra aos Vereadores para EXPLICAÇÃO PESSOAL. Nesta etapa fez uso da palavra o Vereador Félix da Costa Gomes, que iniciando sua fala, disse que se pava a Tribuna para protestar contra a equipe administrativa de Búzios, que conseguira fazer do balneário um esconderijo de moscas naquele verão visto a quantidade de lixo acumulado nas ruas, afirmando que era lamentável um Vereador ter que fugir para não ouvir, as críticas dos visitantes e da comunidade. Prossequindo, reafirmou que era uma vergonha tal estado de coisas em Búzios registando que inclusive fora convidado para almoçar na residência do Embaixador do México, hospedado em Búzios, e mesmo ocorreu quando fora convidado para conhecer uma das inteligências da Suíça, pensando como dialogar com tais visitantes tal o descabelo existente em Búzios por omissão da Administração Municipal. Disse que ao se dirigir a Administração Regional para reclamar do acúmulo de lixo próximo a residência que hospedaria o representante da Suíça, disse que o administrador friamente lhe respondera para se dar por satisfeito, pois em compara-

ção a Cabo Frio, Búzios estava praticamente limpo, o que era lamentável partindo de um representante da Administração, e que assim sendo não tivera outra alternativa a não ser responder com o silêncio, pois constatara que os quinze funcionários da Administração de Búzios eram despreparados e apenas faziam "lobby" tentando conhecer pessoas ilustres. Prossequindo disse que para sua surpresa, fora procurado no dia seguinte por representante da Administração regional, manifestando o desejo de conhecer o cidadão suíço, não tendo sequer a preocupação de que a casa onde se hospedava o mesmo, praticamente estava repleta por sacos de lixo. Adiante, dirigiu-se ao Vereador que ao seu modo de ver tinha credibilidade junto ao Governo, para comunicar que a Administração local, não conhecia nem quarenta por cento das ruas do 3º Distrito, e mais que quando exercera a Administração Regional, com apenas um caminhão jamais permitira que o lixo ficasse acumulado, principalmente no centro de Búzios, quando podia afirmar que em algumas artérias o caminhão não passava há dezesseis dias, e segundo informações cerca de três caminhões estavam alugados para atender a coleta domiciliar, o que demonstrava a omissão e incompetência dos atuais administradores. Quanto a questão dos ambulantes, disse que conhecia todos, desde os moradores em Búzios até os oriundos dos bairros periféricos

do município, e que assim sendo, podia testemunhar sua vivência com tal segmento da comunidade, pois sempre apoiara uma atividade de grande importância no alcance social. Citou como exemplo maior um grupo de Senhoras de Jardim Esperança, que pelo comportamento haviam ganhado o respeito de todos, vendendo salgados até em outras barracas, tal a educação das mesmas. Disse que como ponto negativo do comércio ambulante, podia registrar um grupo de oito pessoas, todas de luxo e que haviam feito uma verdadeira ballúrdia, desrespeitando até mesmo alguns fiscais, e que assim sendo não foram criados impedimentos para aqueles ambulantes que haviam trabalhado ordeiramente, encerrando a seguir sua fala. A seguir o Senhor Presidente Ayr Silva da Rocha comunicou o seguinte:

¶ Senhores Vereadores: Dentro do esforço concentrado que todos estamos envolvidos para construção do novo Plenário, a Presidência comunica que pretende desocupar os gabinetes dos Senhores Vereadores no próximo sábado. É o dia em que conseguimos a lição do Caminhão, e assim os Senhores Vereadores terão cinco dias para as devidas providências, e evidente que estará presente a elaboração dos nobres, Digo, Nobres Pares para com a Mesa Executiva desta Casa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.


 Presidente